

Discurso de Posse na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Desembargadora Deoclecia Amorelli Dias

1º de setembro de 2011

Excelentíssimo Ministro Carlos Alberto Reis de Paula na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Tenho uma irresistível preferência por ouvir, mas a hora demanda dizer, e discurso de posse traz, pelo menos, um viés compromissório cuja essência pretendo resumir. E vou entremeando o agradecer com o comprometer.

Inicialmente, agradeço aos eminentes Desembargadores a honra que me concederam de presidir esta Corte, de longe a mais dignificante outorga que terá recaído sobre mim por toda a minha judicatura.

Este é um Tribunal resguardado por uma tradição vigorosa, nascida de sua imensa contribuição à Justiça do Trabalho em todos os tempos. Sua longa primazia ele a deve certamente a muitos, especialmente aos seus magistrados de ambas as instâncias, de cujas variadas virtudes devo ressaltar a sua reconhecida e inexcedível dedicação ao trabalho.

Este é um Tribunal que sempre esteve a frente do seu tempo e tem sido fonte de inspiração para outros órgãos do Poder Judiciário, como decorre de suas práticas inovadoras. E aqui o meu compromisso de intensificá-las, acrescê-las com novos impulsos seguindo as pegadas daqueles que mais recentemente passaram pela administração desta Casa imbuídos de espírito ousado e operoso: Desembargadores Antônio Mendonça, Márcio Ribeiro do Valle, Tarcísio Giboski, Paulo Sifuentes e Eduardo Lobato.

Múltiplas são as razões que nos fazem sentir orgulho deste Tribunal. Na sua história, contemporânea e passada, estão presentes, entre seus magistrados, juristas de vulto, aos quais muito deve a cultura jurídica brasileira. Honra-me ter assento ao lado de Alice Monteiro de Barros, como de o haver tido ao lado de Antônio Álvares da Silva, Manuel Cândido Rodrigues e Aroldo Plínio Gonçalves. Mestres e formadores de gerações sucessivas de alunos da Faculdade de Direito da UFMG - juízes e desembargadores muitos dos quais - neles homenageio todos os juízes e todos os juristas desta Casa, do passado e do presente.

Os juízes de primeira instância são o Tribunal imanente, a sua face mais visível. Já no exercício de suas várias competências originárias, que os faz exímios na percepção das questões sociais, tratam da ordem do concreto - o trabalho humano, a materialidade mais substancial presente no conjunto das relações sociais. Enquanto juízes do trabalho, a que acorrem as partes primeiramente, a sua força simbólica é maior que a

do Tribunal. Por isso, é tão indispensável que se eliminem tantos recursos, que fragmentam o poder decisório dos juízes que dele mais necessitam. Coerente com a expectativa de os ter como parceiros, tratarei de que a sua participação nos condutos institucionais seja cada vez mais ampliada, por efeito mesmo da sua experiência sensível, tão cara à Justiça do Trabalho.

Os servidores, de sua base ao vértice, formam um quadro de excepcional qualidade. O profissionalismo no serviço público é uma exigência da razão prática e uma política pública decorrente de princípios constitucionais, como o da eficiência. Sucede que tanto este princípio quanto políticas bem formuladas podem muito, mas não podem tudo, se não houver quem opere com dedicação e probidade a máquina administrativa. Conto incondicionalmente com todos eles, que terão em mim e nos gestores de todas as áreas, uma atitude sempre respeitosa e pronta a ouvir, decididamente compromissada com a valorização da carreira.

Estou certa de que terei com as entidades de classe, representativas dos juízes e servidores - uma relação política baseada no diálogo aberto e no respeito à liberdade de pensar e de agir. Isto necessariamente abrange um juízo criterioso sobre as possibilidades e os limites que se impõem ao administrador público, de resto dados pela própria realidade do país. Tenho uma vinculação intensamente pessoal com o Ministério Público do Trabalho, que integrei, e sincero apreço pela advocacia.

Corresponsáveis pelo funcionamento do sistema judiciário, como quer a Constituição, devemos agir conjuntamente, por entre nossas singularidades.

A relação com o Tribunal Superior do Trabalho, antes de tudo sistêmica, é histórica e marcada pelo respeito e recíproca estima. Nela viceja um aspecto de inconfundível familiaridade: mineiros de todas as épocas foram e são alguns dos seus mais eminentes Ministros. Um dos quais se acha entre nós, neste momento: Ministro Carlos Alberto Reis de Paula, amigo de todos as horas. Expresso-lhe minha gratidão pelo companheirismo nascido nos bancos das salas de aula da Casa de Afonso Pena. De lá para cá, parceiro de escritório de advocacia, afilhado de casamento, colegas de Turma neste Tribunal, e meu compadre. Precisa mais?

Emília, Cleube e Luiz Otávio, o tempo físico não conta quando há tarefa para todas as horas. Estamos juntos.

Aos meus pais, Geraldo, Lia e familiares – meu coração agradecido.

Rodrigo, Stelita, Iara, Jeovane, Luciane, Fernanda, Mary, Vera, Vanessa e Hadassa, meio-servidores, meio-família. Obrigada. E continuem segurando a minha mão.

Ao meu querido e distinto Professor Messias Pereira Donato, minha eterna gratidão por ter me colocado no Direito do Trabalho. Aqui presente, eu o saúdo e também a todos os meus colegas da turma de 1970, da qual foi paraninfo.

Ao Ministro Carlos Velloso, despido da toga, vejo um jovem e combatente advogado. Minha admiração e gratidão pelo momento vivenciado.

Senhoras e senhores.

Fui mais longe do que prometi no início. Finalizo.

No estágio atual da sociedade política, pode parecer lugar comum o fato de um Tribunal eleger mulheres para cargos de direção. Sabemos que não é assim. Indicadores atuais falam ainda da sub-representação feminina em todas as instâncias, inclusive nas Instituições do Estado. De minha parte, não me senti discriminada na trajetória profissional que até aqui percorri. Porém, este testemunho que dou de mim mesma não reflete a realidade social, que é bem outra.

Há muitos grilhões. Foi preciso que a Lei Maria da Penha – e antes dela, a própria Maria da Penha Maia Fernandes - despertassem a consciência do país para a necessidade de combater a crueldade bruta da violência doméstica e familiar. No sempre instável mundo do trabalho, os desafios são imensos: as mulheres têm renda inferior à dos homens, taxas de

desemprego superiores, exercem profissões menos valorizadas, são a maior parte da população pobre e sofrem com a distribuição desigual das tarefas domésticas.

O trabalho é sim também lugar do feminino perseverante e sensível, que não cessa de articular as diferenças humanas. É respeitando o diferente, que construímos o **novo**, nosso maior desafio. Aspecto do mundo, encontramos-lo em todos os lugares; no Tribunal, o seu advento, onde se impuser, resultará de forte determinação, pois de outro modo não se faz o novo, mas será vivido em paz, como pretendo.

Afinal, com o grito de Clarice Lispector posso dizer: *Eu sou mansa, mas minha função de viver é feroz.*